



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
CONSELHO GERAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GERAL DE 24 DE MARÇO DE 2015

-----Aos **24 dias do mês de março de 2015**, teve lugar, na Sala do Conselho Científico da Universidade dos Açores, pelas 09:30 horas, uma reunião ordinária do Conselho Geral da Universidade dos Açores, adiante também designados por CG e UAc, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- Ponto 1.** Período antes da ordem do dia;-----
- Ponto 2.** Votação da ata da reunião ordinária do Conselho Geral de 21 de janeiro de 2015;-----
- Ponto 3.** Debate e votação de uma proposta de criação da Comissão para os Assuntos Normativos, apresentada pelo conselheiro Luís Terra;-----
- Ponto 4.** Debate e votação de uma proposta de criação da Comissão para os Assuntos Académicos, apresentada pelo conselheiro Mário Fortuna;-----
- Ponto 5.** Debate e votação de uma proposta de criação da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, apresentada pelo conselheiro Mário Fortuna;-----
- Ponto 6.** Informações gerais da Reitoria:-----
- Ponto 6.1** Ofício da DGES sobre o valor da propina máxima a aplicar no ano letivo de 2015-2016;-----
- Ponto 6.2** Apoio dos serviços da reitoria ao Presidente do Conselho Geral, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do respetivo regimento;-----
- Ponto 6.3** Ofício do Secretário de Estado do Ensino Superior sobre o Memorando de Entendimento celebrado entre as Universidades da Macaronésia;-----
- Ponto 6.4** Suspensão da participação no CCISP dos Institutos Politécnicos de Coimbra, Lisboa e Porto;-----
- Ponto 7.** Análise do parecer da DGES sobre o processo de reestruturação do Ensino Politécnico na UAc;-----
- Ponto 8.** Síntese da reunião de trabalho da Reitoria com o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia;-----
- Ponto 9.** Orçamento da UAc:-----
- Ponto 9.1** Ponto de situação sobre o fecho de contas do exercício de 2014;-----
- Ponto 9.2** Orçamento de 2015 e Execução Orçamental;-----



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
CONSELHO GERAL

98

-----**Ponto 10.** Informação geral sobre a proposta da SEES de uma fórmula para financiamento do Ensino Superior; -----

-----**Ponto 11.** Síntese da reunião de trabalho realizada com diretores/responsáveis das unidades de investigação e desenvolvimento; -----

-----**Ponto 12.** Apresentação e discussão da proposta do Código de Ética da UAc. -----

-----Para além do Eng.º José Manuel Almeida Braz, que presidiu à reunião nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 4.º do Regimento do Conselho Geral, estiveram presentes: -----

-----Doutor Armindo dos Santos Rodrigues; -----

-----Doutor Eduardo Manuel Vieira Brito de Azevedo; -----

-----Dr. Gualter José Andrade Furtado; -----

-----Eng.º José António Tavares Resendes; -----

-----Dr. Luís Duarte Pereira da Terra; -----

-----Doutor Luís Miguel Salvador Machado Gomes; -----

-----Doutora Maria Teresa Pinheiro de Melo Borges Tiago; -----

-----Doutor Mário José Amaral Fortuna; -----

-----Doutor Paulo Jorge de Sousa Meneses; -----

-----Mestre Sofia Margarida Pontes Teixeira; -----

-----Estiveram ausentes, com justificação, os conselheiros Ana Margarida Moura de Oliveira Arroz, César Manuel Faria Malheiro, Henrique Cordeiro Fonseca e Maria da Graça Câmara Batista. -----

-----Na qualidade de Reitor, e de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Regimento do CG, participou na reunião: -----

-----Doutor João Luís Roque Baptista Gaspar. -----

-----Nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Regimento do CG, participaram na reunião: -----

-----No período relativo ao ponto 9, a Administradora da UAc e a Diretora Executiva dos SASUA; --

-----Nos termos conjugados do n.º 5 do artigo 4.º e do n.º 4 do artigo 5.º do Regimento do CG, apoiou o secretariado da reunião: -----

-----Dr.ª Maria da Esperança de Oliveira Alves Pereira. -----

-----Verificando-se a existência de quórum, o Presidente deu início à reunião. -----

-----**Ponto 1.** Período antes da ordem do dia. -----

-----O Presidente felicitou o Reitor pela sua participação no programa “Grande Plano” da RTPA e pela entrega da documentação ao CG com 5 dias de antecedência. -----



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

-----No final deste período o Vice-Presidente do Conselho Geral reafirmou a posição que tomou na reunião de 8 de julho de 2013, ao informar que abdicava da remuneração prevista no despacho ministerial emitido para o efeito (Despacho n.º 9144/2010, publicado no DR 2.ª série, n.º 104, de 28 de maio), ou seja, das ajudas de custo e transportes, posição essa igualmente assumida pelos restantes conselheiros externos presentes, bem como pelo Presidente, pela 1.ª vez a presidir a esta reunião. -----

-----**Ponto 2.** Votação da ata da reunião ordinária do Conselho Geral de 21 de janeiro de 2015. -----

-----O Reitor solicitou a introdução de algumas alterações, alegando que não se apercebeu da divulgação da minuta da Ata em apreço, nem na sua versão inicial nem na sua versão final que ocorreram em fevereiro pp. -----

-----O Presidente colocou à votação a ata da reunião ordinária do CG de 21 de janeiro de 2015, com as alterações em apreço (**Doc. 1**), que foi aprovada por maioria dos presentes, com 10 votos a favor e 1 abstenção, num total de 11 conselheiros. Absteve-se o conselheiro José Manuel Almeida Braz. -----

-----**Ponto 3.** Debate e votação de uma proposta de criação da Comissão para os Assuntos Normativos, apresentada pelo conselheiro Luís Terra. (**Doc. 2**)-----

-----O conselheiro Luís Terra explicou os motivos que o levaram à apresentação da proposta, dizendo que esta Comissão foi criada com o objetivo de facilitar a discussão e análise de alguns documentos que são enviados aos conselheiros, dando como exemplo o regulamento eleitoral que precisa de ser alterado e acrescentando que o trabalho desenvolvido na Comissão não implica qualquer limitação para os conselheiros que nela participam, quando no desempenho das suas funções no âmbito do CG. Em relação à composição da mesma, e tendo em conta que todos os conselheiros estão contemplados nas 3 Comissões agendadas, à exceção do estudante Henrique Fonseca, sugeriu que este fosse integrado na Comissão para os Assuntos Normativos, para que todos os conselheiros possam ter um papel ativo nestas Comissões. -----

-----O Reitor esclareceu que, no que à Reitoria diz respeito, a documentação, deste âmbito, que chega ao CG é objeto de análise jurídica, alertando para a necessidade de haver um objetivo concreto e definido aquando da criação deste tipo de Comissão. -----

-----Aberto um período de intervenções, Armindo Rodrigues disse ser favorável quanto à constituição de Comissões, embora reconhecendo serem muito limitativas, dada a dimensão do CG. Em relação a esta Comissão em particular, e considerando os esclarecimentos fornecidos pelo Reitor no que respeita à imprescindibilidade do envolvimento do assessor jurídico ao serviço da reitoria, Dr. Luís Terra, na preparação técnica de todos os documentos enviados pela Reitoria para apreciação do



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
CONSELHO GERAL

J S

CG, disse não ver necessidade da sua criação por entender que nada acrescentará na qualidade da forma jurídica e em nada limitará a discussão do conteúdo em sede de plenário. Referiu ainda ver com alguma estranheza a participação do conselheiro Luís Terra nas três fases do processo: i) preparação, produção dos documentos e emissão de pareceres ao nível da Reitoria; ii) preparação, acompanhamento, emissão de pareceres e votação em sede de Comissão; e iii) apreciação, discussão e votação em sede de plenário do CG. Mário Fortuna explicou que o objetivo das Comissões é criar um quadro de análise dos assuntos a tratar, para melhor funcionamento do CG na análise e discussão destes assuntos, destacando que o que interessa para a UAc é o que se está a produzir. Gualter Furtado apoiou a constituição pelo princípio em si, considerando igualmente que as Comissão devem ser encaradas como um espaço de abordagem prévia aos assuntos que serão posteriormente abordados com mais detalhe nas reuniões.-----

-----O Presidente mostrou a sua concordância, dizendo que o que foi pensado faz sentido, na medida em que o envolvimento de todos os membros poderá ajudar o CG a tomar boas decisões.-----

-----Luís Terra esclareceu que: (1) a Comissão destina-se a analisar e não a deliberar; (2) enquanto membro do CG, não pode ter qualquer limitação pelo facto de eventual e pontualmente estar envolvido na preparação de determinados documentos, devido às funções que exerce e como lhe seja, em cada caso, superiormente determinado, nem se pode sentir impedido por esse facto, até porque isso seria uma limitação nas funções do representante do pessoal não docente no CG, o que sempre seria inadmissível.-----

-----Aberto novo período de intervenções, Armindo Rodrigues sugeriu acrescentar 3 pontos em cada uma das Comissões, a saber: (1) a Comissão não pode tomar deliberações que vinculam o CG; (2) as reuniões devem ser abertas a todos os membros do CG; (3) a atividade da reunião deve ser reportada ao CG com uma determinada periodicidade. Em relação à Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, apontou para a necessidade de se dinamizar espaços de reflexão, para se estudar novos mercados e procurar novos financiamentos, apostando numa maior abertura e proximidade para com a sociedade. Em relação à Comissão para os Assuntos Académicos, Gualter Furtado propôs a alteração do nome da Comissão, por considerar o mesmo insuficiente, propondo igualmente acrescentar um n.º 4 ao artigo 3.º, com a seguinte redação: “A CAA, no seu âmbito de atividades, inclui também a auscultação da sociedade civil sobre a adequação do ensino lecionado na UAc e as necessidades adequadas do meio em que se desenvolve a sua atividade incluindo a proposta para serem promovidos trabalhos e reflexões sobre a matéria, transmitindo-os posteriormente para análise do CG”. Mário



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
CONSELHO GERAL

Fortuna concordou que a dimensão social esteja presente na CAA e na CAEF, mas chamou a atenção para o limite entre o que deve ser feito pelo CG e o que deve ser feito pela Reitoria e pelos serviços. José António Resendes disse que o CG pode ajudar, mas sempre articulado com a reitoria e com os serviços. -----

-----O Reitor salientou a importância da eficiência do funcionamento das Comissões, dizendo no entanto que as propostas poderiam estar redigidas de forma a mostrarem com clareza o que cada uma faz. Acrescentou contudo que as Comissões apenas se revestem de interesse se tiverem por objetivo complementar as atividades da Reitoria. -----

-----Tendo em conta as sugestões apresentadas pelos conselheiros, o Presidente sugeriu adiar a votação das propostas da CAA e da CAEF para próxima reunião, para terem em conta o que se pretende, colocando apenas à votação a proposta da Comissão dos Assuntos Normativos, com a inclusão das alterações propostas pelos conselheiros. -----

-----A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, num total de 11 conselheiros. -----

-----O Presidente colocou à votação a Deliberação n.º 02/2015, nos seguintes termos: “O Conselho Geral da Universidade dos Açores aprovou, por unanimidade dos presentes, com 11 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, num total de 11 (onze) conselheiros, a proposta de criação da Comissão para os Assuntos Normativos apresentada pelo conselheiro Luís Terra. Para efeitos de execução imediata, a presente deliberação foi aprovada por unanimidade dos presentes, num total de 11 (onze) conselheiros.” **(Doc. 3)**-----

-----**Ponto 4.** Debate e votação de uma proposta de criação da Comissão para os Assuntos Académicos, apresentada pelo conselheiro Mário Fortuna. **(Doc. 4)**-----

-----A votação da proposta de criação da Comissão para os Assuntos Académicos foi adiada para próxima reunião, de modo a permitir que seja objeto de ajustamentos, devendo eventuais propostas de alteração ser enviadas ao proponente da proposta até dia 3 de abril pf. -----

-----**Ponto 5.** Debate e votação de uma proposta de criação da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, apresentada pelo conselheiro Mário Fortuna. **(Doc. 5)**-----

-----A votação da proposta de criação da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros foi adiada para próxima reunião, de modo a permitir que seja objeto de ajustamentos, devendo eventuais propostas de alteração ser enviadas ao proponente da proposta até dia 3 de abril pf. -----

-----**Ponto 6.** Informações gerais da Reitoria: -----



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
CONSELHO GERAL

-----O Reitor deu a conhecer ao CG: (1) um ofício da DGES, sobre o valor da propina máxima a aplicar no ano letivo de 2015-2016; (2) um despacho, com indicação do apoio dos serviços da reitoria ao Presidente do CG, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do respetivo regimento; (3) um ofício do Secretário de Estado do Ensino Superior, sobre o Memorando de Entendimento celebrado entre as Universidades da Macaronésia; (4) um documento, sobre a suspensão da participação no CCISP dos Institutos Politécnicos de Coimbra, Lisboa e Porto. **(Docs. 6 a 10)**-----

-----**Ponto 7.** Análise do parecer da DGES sobre o processo de reestruturação do Ensino Politécnico na UAc. -----

-----O Reitor fez referência à reunião tida em teleconferência com o SEES e o DGES, informando que: (1) o SEES remeteu a proposta da UAc para a DGES para parecer; (2) todas as questões levantadas pela DGES estão salvaguardadas; (3) em relação à questão relacionada com o projeto educativo, a Reitoria vai esclarecer a DGES de que o projeto educativo é da UAc e engloba as áreas em questão – saúde e tecnologias; (4) quer o SEES, quer a DGES, mostraram toda a disponibilidade para homologar a proposta de alteração estatutária e registar os cursos, respetivamente, de modo a garantir a sua implementação em 2015-2016. -----

-----Respondendo às questões levantadas pelos conselheiros Luís Miguel Gomes e Teresa Tiago, no que toca respetivamente aos pontos 34 e 21 do parecer da DGES **(Doc. 11)**, o Reitor explicou que a questão da sede dos cursos é importante apenas para a aprovação dos mesmos, não se colocando qualquer problema no caso vertente, uma vez que já existem dois cursos de enfermagem acreditados, um para Ponta Delgada e outro para Angra do Heroísmo. -----

-----**Ponto 8.** Síntese da reunião de trabalho da Reitoria com o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia. **(Doc. 12)** -----

-----O Reitor fez uma breve síntese da reunião de trabalho que a Reitoria teve com o SRMCT, onde foram focados vários assuntos, a saber: (1) o protocolo de apoio à tripolaridade, que, de acordo com informação prestada, vai sofrer uma redução de 50.000€ em relação ao montante inicialmente orçamentado; (2) a reestruturação das UI&D, que se encontra em curso na UAc e que vai permitir responder às exigências que a FCT impôs no último processo de avaliação; (3) os programas operacionais e RIS3, cuja regulamentação se aguarda; (4) os parques tecnológicos; (5) a Escola Profissional do Mar; (6) as bolsas de apoio social e de mérito.-----

-----Aberto um período de intervenções, Gualter Furtado lembrou a reunião que tiveram com o Presidente do Governo Regional em 2104, na qual o PGR deu a entender que a UAc também tinha de



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

se esforçar e de manter um maior envolvimento com a sociedade, e acrescentou que o Governo deve ser mais explícito em relação ao tipo de apoio que se comprometeu a dar à UAc, quer a nível de investigação, quer para a tripolaridade. Por fim, sugeriu que os membros externos do CG deviam marcar uma audiência com o PGR, não só para apresentar cumprimentos do novo Presidente do CG, mas também para fazer um ponto de situação dos assuntos que se encontram pendentes, podendo inclusive levar um memorando preparado pela Reitoria com os assuntos que estão pendentes com o Governo. Mário Fortuna referiu que a UAc devia arranjar uma estratégia de comunicação relativamente a esta matéria, de forma direta e elegante, para que o Governo cumpra com o prometido, pois considera que ou se contesta esta situação exigindo o cumprimento do acordado, ou nada se consegue. Quanto à questão da angariação de fundos, afirmou que a UAc não tem sido valorizada pelo Governo, pois os apoios que a UAc recebe provenientes da FCT acabam por ter um impacto enorme da economia dos Açores, para além de que uma grande parte do *staff* do Governo e das próprias empresas têm origem nos formandos da UAc e até em quadros da mesma. Em relação à questão da tripolaridade, Armindo Rodrigues lembrou que o maior investidor em investigação científica nos Açores é a própria UAc, investindo na RAA entre €15 a €20 milhões/ano e que todo o IRS da UAc, mais de €1 milhão, vai para os cofres da Região, situação que devia ser reconhecida pelo Governo. Mário Fortuna destaca a propósito que a UAc movimenta cerca de €20 milhões, verba que vem na sua quase totalidade da República. -----

-----O Reitor esclareceu que: (1) o Governo Regional nunca regulamentou a medida relacionada com a questão do euro por euro; (2) o plano e orçamento da Região estão inflacionados pelos programas operacionais; (3) é importante separar as verbas necessárias e estruturais, relacionadas com o funcionamento, das verbas que pertencem à investigação; (4) existe uma diferença entre as verbas que o Governo Regional atribui para o apoio à tripolaridade e os custos reais de tal modelo de organização; (5) quanto à proposta de Gualter Furtado, o papel da Reitoria tem de ser mais diplomático, enquanto o Presidente do CG poderá desempenhar um papel mais pró-ativo, sem ser porta-voz do Reitor. -----

-----Ainda em relação a este assunto, Mário Fortuna referiu que uma outra via que o CG tem para fazer chegar esta informação ao Governo seria através do Comunicado que normalmente é apresentado na Comunicação Social, onde poderá apresentar as suas preocupações, sugestões e questões de importância, procurando mostrar uma posição. -----

-----Sobre a questão das bolsas de apoio a alunos dos Açores, no âmbito do apoio às famílias, Armindo Rodrigues referiu que a UAc não se devia preocupar com este tipo de apoio, pois é ao



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
CONSELHO GERAL

48

Governo da RAA que cabe a responsabilidade de procurar apoiar os estudantes no pagamento das suas propinas, à semelhança do que habitualmente faz quando estes se encontram a estudar até ao 12.º ano, pois os alunos ao entrarem para a Universidade não deixam de ser cidadãos. Por sua vez Paulo Meneses mencionou que a UAc deve procurar angariar fundos para premiar/apoiar os melhores alunos.

-----**Ponto 9. Orçamento da UAc:**-----

-----**Ponto 9.1** Ponto de situação sobre o fecho de contas do exercício de 2014; **(Docs. 13 a 14)**-----

-----Sobre o assunto, o Reitor informou que; (1) está previsto que o fecho de contas seja feito até 30 de abril; (2) de acordo com o que foi discutido no ano passado, o Governo da República supriu todas as necessidades manifestadas pela UAc, num total de €1,7 milhões; (3) a UAc passa com um saldo de gerência e fica com um compromisso do Governo da República de pagar o IVA em atraso, relativo a faturas de 2010 e 2011; (4) a administração está a efetuar as reposições remuneratórias em falta, decorrentes do processo de avaliação do pessoal docente, desde janeiro deste ano, pois só em final de outubro de 2014 existiu informação nesse sentido do Governo, ficando a faltar pagar os retroativos do que está para trás e que vai até 2010, num total de aproximadamente €1 milhão.-----

-----Aberto um período de intervenções, Gualter Furtado pretendeu saber se, em relação ao resultado do exercício, já há algum valor apurado. A Administradora respondeu que, da parte da UAc, ainda estão a apurar os valores, e a Diretora dos SASUA respondeu que a parte da Ação Social já está praticamente concluída e que a parte patrimonial ficará concluída na próxima semana. -----

-----**Ponto 9.2** Orçamento de 2015 e Execução Orçamental; **(Docs. 15 a 18)** -----

-----A Administradora fez um breve resumo sobre a estrutura financeira da UAc, nomeadamente no que diz respeito às receitas próprias, às receitas consignadas, à estrutura das despesas, em termos de percentagem, à aquisição de bens e serviços, aos empréstimos e outras despesas.-----

-----Aberto um período de intervenções, Mário Fortuna considerou que os mapas foram apresentados com clareza, com execução agregada, mas apontou para a necessidade de haver uma contabilidade analítica por unidade orgânica e serviço, que permita fazer uma associação entre o que se produz e o que está a ser gasto. Mais acrescentou que sem essa contabilidade analítica não conseguimos saber o que serviços precisam ou não de intervenção e que, sem essa contabilidade analítica, sempre teremos uma orientação incompleta.-----

-----O Reitor explicou que cerca de 90% das despesas estão relacionadas com os salários e que tal informação se encontra disponibilizada no SITUA, estando a Reitoria a trabalhar no sentido de



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
CONSELHO GERAL

apresentar os dados orçamentais numa lógica de contabilidade analítica, por unidade orgânica, até ao final do ano. -----

----- Armindo Rodrigues congratulou a UAc com a gestão que está a ser feita pela Reitoria, com a sua ação para com a tutela e pela clareza com que tem apresentado as contas ao CG. José António Resendes concordou com o que foi dito por Mário Fortuna e acrescentou que reconhece que a contabilidade analítica não pode ser feita de um dia para o outro, esperando no entanto que em 2015 a situação fique resolvida. -----

----- A Administradora informou que, na sequência do pedido de reforço enviado ao Ministério, na ordem dos 1.622.576,00€ (dos quais 710.000,00€ correspondem ao défice previsto no PRF, 442.576,00€ são referentes ao serviço da dívida de 2014 e 470.000,00€ são resultantes da dívida da UAc ao Estado relacionada com o não pagamento de IVA) este deu um reforço de 1.700.058,00€, ou seja, mais 77.482,00€ do que o previsto. -----

----- A Diretora Executiva dos SASUA fez um breve resumo sobre a estimativa de execução relativa a 2014 e da execução de janeiro e fevereiro de 2015, conforme consta do documento em anexo (**Doc.19**). Em relação à questão das bolsas, explicou que, para obtenção da bolsa, é preciso ter um rendimento anual *per capita* inferior a 6.900€, dando origem a que apenas 78% dos que se candidataram fossem contemplados com bolsa. -----

----- **Ponto 10.** Informação geral sobre a proposta da SEES de uma fórmula para financiamento do Ensino Superior. -----

----- O Reitor esclareceu que o documento não foi distribuído dado o carácter reservado do assunto e por solicitação do SEES, com o acordo do CRUP. Em relação à fórmula para o financiamento do Ensino Superior, informou que a nova fórmula de base irá ter em conta não só o número de alunos inscritos, mas também os custos por curso e os fatores de qualidade relacionados com a gestão, a qualidade de ensino, a excelência da investigação e com o impacto desta na sociedade em geral. Acrescentou ainda que, na reunião tida por teleconferência com o SEES, foram transmitidas algumas preocupações da UAc, muitas delas comuns a outras universidades, nomeadamente: (1) o trabalho ter sido feito com base em informação precária; (2) o facto de o ensino politécnico, não ser discriminado em vários quadros respeitantes à UAc (só aparece o ensino universitário); (3) a necessidade de se considerar uma verba estrutural no âmbito dos programas operacionais para se ultrapassarem os problemas relacionadas com instalações e equipamentos; (4) os custos da insularidade que não vêm contemplados no documento e que devem ser equacionados e majorados na fórmula, para o caso dos



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

Açores e Madeira; (5) a estrutura tripolar da UAc e os sobrecustos relacionados com a descontinuidade territorial existente; (6) o facto de a UAc estar sediada nos Açores, mas depender do Governo da República, o que condiciona o acesso ao financiamento de programas operacionais para novas construções, como é o caso da Biblioteca do polo de Angra do Heroísmo, e reequipamento; (7) os programas que o Governo da República está a lançar e que excluem a UAc, como é o caso do + Superior; (8) a formação dos trabalhadores da UAc, que nos Açores não beneficiam de uma delegação do INA; (9) o facto de o MEC ter passado para as universidades a responsabilidade de definir o montante das propinas a aplicar, quando deveria ser o próprio Ministério a estabelecer o valor das propinas; (10) a forma como são contabilizados os docentes/investigadores, em relação à investigação. Para finalizar, informou que já solicitou o envio da folha de cálculo com as fórmulas que serviram de base ao estudo, para se poderem introduzir os dados reais da UAc. Mais referiu que logo que seja distribuído o documento final da SEES sobre o novo modelo de financiamento, o trará ao CG. -----

-----**Ponto 11.** Síntese da reunião de trabalho realizada com diretores/responsáveis das unidades de investigação e desenvolvimento-----

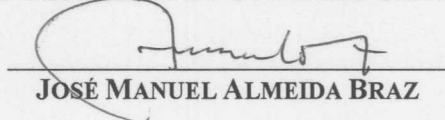
-----O Reitor fez uma breve síntese da reunião de trabalho realizada com os diretores/responsáveis das unidades de I&D, cujo principal objetivo foi ouvir todos os centros para tentar perceber quais as principais preocupações sentidas em relação à investigação, informando que propôs a criação de um regulamento de constituição de unidades científicas, que irá ser formalmente apresentado ao Conselho Científico, esperando que este regulamento venha clarificar as dúvidas existentes. -----

-----**Ponto 12.** Apresentação e discussão da proposta do Código de Ética da UAc. (**Docs. 20 a 22**) ---

-----Devido ao adiantado da hora, a apresentação da proposta do Código de Ética da UAc foi adiada para próxima reunião. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 13h20, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da lei. -----

O PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL


JOSÉ MANUEL ALMEIDA BRAZ

O SECRETÁRIO


LUÍS DUARTE PEREIRA DA TERRA